

Universidades Lusíada

Tavares, João António de Mendonça Vieira Lopes,
1991-

**A posição portuguesa no quadro da Aliança
Atlântica e o retraimento estratégico do EUA :
uma perspetiva realista neoclássica**

<http://hdl.handle.net/11067/7725>

<https://doi.org/10.34628/3ABQ-0M42>

Metadados

Data de Publicação

2024

Resumo

A presente investigação pretende analisar a posição portuguesa na Aliança Atlântica perante os novos desafios que são colocados pelo retraimento estratégico dos EUA, devido à ascensão chinesa na região da Ásia-Pacífico, e as suas consequências no futuro da OTAN. Tendo em consideração, o atual cenário de transformações geopolíticas, Portugal permanece como um Estado-membro comprometido da OTAN, apesar do desinvestimento dos EUA na Base das Lajes. A invasão russa da Ucrânia de 2022 teve como conse...

This research aims to analyse the Portuguese position in the Atlantic Alliance in the face of the new challenges posed by the strategic withdrawal of the USA, due to the Chinese rise in the Asia-Pacific region, and its consequences for the future of NATO. Considering the current scenario of geopolitical transformations, Portugal remains a committed member state of NATO, despite the US divestment in the Lajes Base. The Russian invasion of Ukraine in 2022 had as a direct consequence the strengthen...

Editor

Universidade Lusíada Editora

Palavras Chave

Organização do Tratado do Atlântico Norte - Portugal

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FCHS] LPIS, n. 29 (2024)

**A POSIÇÃO PORTUGUESA NO QUADRO DA
ALIANÇA ATLÂNTICA E O RETRAIMENTO
ESTRATÉGICO DOS EUA - UMA PERSPETIVA
REALISTA NEOCLÁSSICA**

**THE PORTUGUESE POSITION WITHIN THE
ATLANTIC ALLIANCE AND THE STRATEGIC
WITHDRAWAL OF THE USA - A NEOCLASSICAL
REALIST PERSPECTIVE**

João Tavares

Doutorando em Relações Internacionais pela NOVA FCSH

a2022117390@campus.fcsb.unl.pt

ORCID: [0000-0002-3764-8797](https://orcid.org/0000-0002-3764-8797)

DOI: <https://doi.org/10.34628/3ABQ-0M42>

Data de submissão / Submission date: 12.06.2024

Data de aprovação / Acceptance date: 24.10.2024

Resumo: A presente investigação pretende analisar a posição portuguesa na Aliança Atlântica perante os novos desafios que são colocados pelo retraimento estratégico dos EUA, devido à ascensão chinesa na região da Ásia-Pacífico, e as suas consequências no futuro da OTAN. Tendo em consideração, o atual cenário de transformações geopolíticas, Portugal permanece como um Estado-membro comprometido da OTAN, apesar do desinvestimento dos EUA na Base das Lajes. A invasão russa da Ucrânia de 2022 teve como consequência direta o robustecimento da Aliança Atlântica no Leste Europeu, o que pode contribuir para a redefinição a posição portuguesa no seio da Aliança Atlântica e fortalecer o pilar europeu da OTAN. Pretendemos efetuar uma análise realista neoclássica sobre as oportunidades e as ameaças para a posição portuguesa no seio da OTAN, que podem redefinir o papel de Portugal nas relações transatlânticas num futuro próximo.

Palavras-chave: Aliança Atlântica; Realismo Neoclássico; Portugal; Política Externa; Política de Defesa; OTAN.

Abstract: This research aims to analyse the Portuguese position in the Atlantic Alliance in the face of the new challenges posed by the strategic withdrawal of the USA, due to the Chinese rise in the Asia-Pacific region, and its consequences for the future of NATO. Considering the current scenario of geopolitical transformations, Portugal remains a committed member state of NATO, despite the US divestment in the Lajes Base. The Russian invasion of Ukraine in 2022 had as a direct consequence the strengthening of the Atlantic Alliance in Eastern Europe, which could contribute to redefining the Portuguese position within the Atlantic Alliance and strengthening the European pillar of NATO. We intend to carry out a neoclassical realistic analysis of the opportunities and threats for the Portuguese position within NATO, which could redefine Portu-

gal's role in transatlantic relations soon.

Keywords: Atlantic Alliance; Neoclassical Realism; Portugal; Foreign Policy; Defence Policy; NATO.

1. Introdução

Em 1949¹, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) era o “ponto de encontro de múltiplas intenções e projetos de longo prazo, uns oficiais, outros meramente reais” (Telo, 2009, p. 5). Os EUA consideram a Aliança Atlântica como o pilar central do entendimento com a Europa Ocidental, “algo vital para os equilíbrios globais de longo prazo e para decidir a estratégia a seguir na rivalidade com o bloco soviético” (*ibidem*), concebida para a contenção da ameaça da Rússia soviética (Kennan, 2012). Acima de tudo, era uma aliança unida por interesses comuns, e não uma aliança ideológica, como tinha sido o Pacto de Varsóvia (Bily, 2023), uma vez que a presença de Portugal na assinatura do Tratado de Washington de 1949 era justificada pela posição geopolítica e geoestratégica dos Açores (Marcos, 2022; Marcos, 2014), e não pela natureza ideológica do Estado Novo, o que é confirmado por Severiano Teixeira (1995, p. 805), “não só a ameaça soviética impunha a Aliança Atlântica como saída única para segurança do Ocidente, como a posição geoestratégica do território português e a conjuntura particularmente grave da Guerra Fria impunham a Portugal uma adesão à Aliança, e não simplesmente um acordo bilateral com os Estados Unidos”.

Desde então, há 75 anos, a Aliança Atlântica “é uma organização central nos equilíbrios globais (...) e isto apesar do seu âmbito oficial ser meramente regional. Ela foi fundamental para a criação e evolução da atual Europa e teve particular significado nas grandes opções de Portugal, nomeadamente quando da transição para a democracia” (Telo, 2009, p. 5), após o 25 de novembro de 1975, que

¹ Tratado do Atlântico Norte, assinado em Washington a 4 de Abril de 1949. <http://www.nato.int/docu/other/po/treaty-po.htm>

contribuiu para assegurar a manutenção da posição portuguesa no espaço euro-atlântico.

Após a implosão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), desapareceu a ameaça que justificava a existência da Aliança Atlântica. No entanto, a OTAN renasceu e expandiu a sua importância estratégica e adaptou-se à nova ordem mundial caracterizada pelo momento unipolar dos Estados Unidos da América (EUA), ditada pela excepcional “distribuição das capacidades militares particularmente inclinada para um Estado” (Monteiro, 2023, p. 251) como os EUA. Esse *momentum* hegemónico de Washington começou a declinar, após as intervenções militares no Afeganistão e no Iraque, na década de 2000, lideradas pelos EUA sob a presidência de George W. Bush, o que veio colocar a *Pax Americana* em risco, uma vez que as potências emergentes e revisionistas, como é o caso da China e da Rússia, insatisfeitas com o *statu quo* do sistema internacional, e que procuram contestar a hegemonia de Washington, de forma a verem os seus interesses acomodados no sistema internacional.

Perante estas transformações no sistema internacional, os EUA começaram a compreender a dimensão da ameaça representada pela ascensão chinesa no sistema internacional contra a hegemonia mundial dos EUA. A Administração Obama ciente do declínio relativo da capacidade dos EUA, tinham de recorrer ao retraimento estratégico para poderem reorganizarem-se internamente, tendo como objetivo “o regresso à primazia” (Soller, 2016, p. 22) para serem capazes de assegurar a manutenção do seu estatuto hegemónico e defender o seu interesse nacional no sistema internacional. Com esse propósito, os EUA procederam com a mudança do foco da atenção da sua política externa e de segurança e defesa, para a região da Ásia-Pacífico, tendo em vista a contenção chinesa, em semelhança, ao que foi praticado com a contenção da ameaça soviética durante a Guerra Fria.

A partir do momento que a Administração Obama definiu a China como a ameaça principal aos seus interesses estratégicos, os seus sucessores na Casa Branca, cada um à sua maneira, procuraram forçar os seus parceiros europeus a assumirem a sua quota-

-parte das obrigações e deveres na Aliança Atlântica, de forma a contribuírem para assegurar a redução de custos no Orçamento de Estado dos EUA, tendo em vista o seu retraimento estratégico no continente europeu, para responder à velocidade da ascensão da República Popular da China no sistema internacional, desvalorizando a existência de uma nova ameaça representada pela Federação Russa no Leste Europeu.

A intenção dos EUA com a redução de custos na OTAN, tem um reflexo sobre “aumento da autonomia dos seus aliados, tal como é pretendido com um processo de *burden shifting*” (Sá, 2016, p. 61), e transformar os aliados europeus num parceiro fiável no empreendimento norte-americano de contenção chinesa, em vez de permanecerem como um mero instrumento de projeção de poder dos EUA, quer na Europa, quer no Norte de África, quer no Médio Oriente, em semelhança ao que ocorre com a formalização da aliança AUKUS², e a reativação do Quad³.

Como consequência desta pressão sistémica sobre os EUA, Portugal vê o foco das atenções das grandes potências a ser desviado para a região da Ásia-Pacífico, em especial os EUA, que procuram, através de um rebalanceamento para o Pacífico, procuram organizar a contenção chinesa na região, o que contribuiu para o desinvestimento dos EUA nas infraestruturas dos Açores, assim como uma desvalorização do papel português dentro da Aliança Atlântica, principalmente numa altura quando as relações transatlânticas continuam a ser uma das prioridades da política externa portuguesa (Galito, 2024).

Apesar do desvio da atenção de Washington para a região da Ásia-Pacífico, “o Atlântico continua a ser uma área de grande interesse estratégico para os Estados Unidos, a aliança que o rodeia nas suas fronteiras a norte é ainda um dos pilares da sua política externa e permanece uma das suas prioridades no momento de projetar as suas forças” (Sá, 2016, p. 57). Mediante a urgência da ameaça chi-

² AUKUS é uma aliança militar tripartida formada, em 2021, pela Austrália, os EUA e o Reino Unido, que visa combater o expansionismo chinês na região da Ásia-Pacífico.

³ A Quadrilateral Security Dialogue (Quad), é um fórum estratégico informal entre EUA, Japão, Austrália e Índia que funciona por intermédio de cimeiras, trocas de informações e exercícios militares entre os Estados membros.

nesa, os EUA são obrigados a reorganizar a sua capacidade militar, tendo contribuído para o desinvestimento na Base das Lajes, nos Açores, inclusive, sem perder de vista a ameaça oriunda do Leste Europeu, uma vez que tal desvio de atenção vai criar espaços vazios, de forma gradual, onde rivais dos EUA como a China terão oportunidades de expansão da sua influência.

Todavia, após a invasão russa da Ucrânia de 2022, mesmo com a renovação da garantia dos EUA sobre o Artigo 5º do Tratado, o retraimento estratégico dos EUA permanece em andamento, com Washington a pressionar os aliados europeus como Portugal, a cumprirem a meta das suas respetivas contribuições necessários para assegurar o cumprimento das obrigações partilhadas de segurança e defesa da OTAN, numa tentativa de galvanização do pilar europeu da OTAN como aliado da grande estratégia dos EUA, em detrimento de serem um fardo, cujo argumento foi defendido pela Administração Trump, numa tentativa de obrigarem os Estados-membros europeus da OTAN a pagarem pelos custos da presença militar dos EUA. A Administração Biden, por sua vez, tenta forçar os europeus a assumirem a sua quota-parte das despesas do sistema de segurança coletiva euro-atlântico.

Assim sendo, nesta investigação pretendemos responder à seguinte questão de partida, com o recurso à teoria realista neoclássica das Relações Internacionais: De que forma Portugal deve atuar para assegurar o equilíbrio dos interesses em função da sua posição na OTAN?

Neste estudo de caso define-se como principal condicionante da política externa portuguesa a estrutura do sistema internacional e suas mudanças entre 2015 e 2023. Iremos considerar a existência de relação entre a estrutura do sistema internacional, e os interesses tanto dos EUA como os interesses de Portugal, no qual pretendemos demonstrar a relação dos interesses portugueses com os EUA no seio da aliança, e de que forma se relacionam diretamente com a estrutura internacional.

Este artigo encontra-se organizado em três pontos. No primeiro ponto, vamos proceder com a introdução do enquadramento teórico e conceptual da corrente teórica do realismo neoclássica das

Relações Internacionais, mais especificamente, a teoria do equilíbrio dos interesses concebido por Randall Schweller (1994), que iremos aplicar ao nosso estudo de caso, no qual consideramos que o seu contributo fundamental para uma melhor compreensão da política externa portuguesa, devido a reduzida produção científica de estudos de casos da política externa portuguesa, onde a teoria realista neoclássica é aplicada. No segundo ponto, iremos realizar uma caracterização sobre o posicionamento português na NATO num sistema internacional marcadamente mais multipolar e pós-ocidental entre 2015 e 2023. No último ponto, recorrendo à lente realista neoclássica do paradigma realista das Relações Internacionais, vamos tratar de efetuar uma avaliação sobre as oportunidades e as ameaças apresentadas pelo retraimento estratégico dos EUA para a posição portuguesa na Aliança Atlântica, no período compreendido entre 2015 e 2023.

2. Considerações teóricas sobre o equilíbrio de interesses na teoria realista neoclássica

Ao analisar o realismo neoclássico enquanto corrente teórica inserida no paradigma realista das Relações Internacionais, Rose (1998) afirma que é o poder relativo dos Estados que vai definir sua influência no sistema internacional, sendo a pressão sistémica responsável por afetar os decisores políticos e formar suas visões sobre o ambiente externo, uma vez que, atribuir importância somente nas capacidades relativas não é suficiente para explicar o comportamento estatal. Os realistas neoclássicos defendem uma linha de pensamento assente nas capacidades de poder sendo entendidas e refletidas pelos decisores políticos, pois só assim se pode entender como a estrutura afeta o comportamento dos Estados, uma vez que o sistema internacional é anárquico, o que cria um ambiente de dúvida e desconfiança entre os Estados, que são atores racionais com os seus próprios interesses nacionais.

A preocupação dos Estados é focada na forma pela qual eles podem influenciar o sistema internacional, de acordo com os seus

interesses e para isso, tendem a querer moldar e procurar uma mudança no sistema quando têm as capacidades de poder para tal (Rose, 1998), ou seja, os Estados no sistema internacional estão divididos entre Estados revisionistas e os Estados *statu quo*. Os primeiros são aqueles que pretendem mudar a ordem mundial vigente para melhor acomodar os seus interesses, enquanto os segundos estão satisfeitos com a sua posição nessa mesma ordem mundial que lhes garante segurança.

A teoria realista neoclássica das Relações Internacionais procura compreender a realidade da política internacional através da análise do poder como moeda de troca, e das relações normalmente conflituosas entre os Estados no sistema internacional. O que difere o realismo neoclássico das outras duas correntes teóricas do paradigma realista das Relações Internacionais é o fato de procurar analisar o comportamento dos Estados no sistema internacional, com recurso à análise da pressão sistémica e das condicionantes domésticas do Estado em questão, desta forma, procura conceber uma explicação das decisões tomadas pelos Estados na arena da política internacional.

Como contributo para a formulação de uma explicação no domínio da política externa (Feng & Zhang, 2006), iremos recorrer à teoria do equilíbrio de interesses de Schweller (1994), que é aplicável ao nível das unidades e ao nível sistémico, como suporte teórico que vai viabilizar uma explicação sobre a posição portuguesa. No nível das unidades procura analisar quanto um Estado está propenso a pagar para defender seus valores em relação a quanto está propenso a pagar para aumentar os mesmos. Já no nível do sistema, busca compreender o tamanho da força relativa das potências de *statu quo* frente a força relativa dos Estados revisionistas, no qual recorre à tipologia de leões, cordeiros, chacais e lobos (Schweller, 1998; Schweller, 1994).

A visão teórica de Schweller (1994) desafia a teoria do balanço das ameaças de Walt (1985), no qual o autor argumenta que os Estados não tomam decisões com base nas ameaças, mas sim com base nos seus interesses, assentes em dois objetivos, manter o *statu quo* ou rever o atual arranjo da ordem mundial, em função dos custos que

um Estado está disposto a assumir para defender os seus interesses na arena da política internacional. A nível sistémico, a teoria do equilíbrio de interesses preocupa-se com a força relativa dos Estados do *statu quo* e dos Estados revisionistas. Ou seja, se a aliança dos Estados *statu quo* estiver em vantagem, o sistema internacional será estável, mas, se a coligação revisionista for mais forte, o sistema internacional sofrerá mudanças, inevitavelmente. Para efeitos de restringir a nossa investigação, iremos favorecer o estudo dos interesses portugueses, tendo em consideração dos interesses dos EUA no quadro da OTAN.

De acordo com Schweller (1998; 1994), as potências do *statu quo* são aquelas que procuram a sua autopreservação, e assegurar a sua sobrevivência no sistema internacional, assumindo uma postura defensiva, sem colocar a sua posição no sistema internacional em causa, e estão satisfeitos com as garantias de segurança existentes, na qual procuram manter a ordem, de forma a assegurar a sua segurança. As potências revisionistas são aquelas que estão insatisfeitas com a sua posição no sistema internacional, e procuram expandir o seu poder para poderem alterar a ordem mundial vigente, assumindo uma postura ofensiva, de forma a impor a acomodação dos seus interesses, não hesitam em empregar o uso da forma militar para assegurar a alteração do *statu quo* do sistema internacional, podendo estabelecer uma aliança entre si, tendo em vista a contestação da ordem mundial vigente, o que pode levar as potências do *statu quo* a procurarem reagir ou adquirir parceiros tendo em vista assegurar a preservação da sua posição no sistema internacional. Este tipo de comportamento pode provocar um dilema de segurança, no qual ambos lados procuram se armar para garantir a sua segurança no sistema internacional.

Ao mesmo tempo, pode levar a mudanças nas formações das alianças que representam os interesses nacionais dos Estados, criando assim um equilíbrio de interesses. Schweller define os interesses de um Estado em função da sua posição no sistema internacional, no qual se o sistema internacional oferece uma posição satisfatória para um determinado Estado, ou se compensa assumir uma atitude revisionista que vise aumentar o seu poder, procurando uma mudança radical na ordem mundial.

A testagem das teorias derivadas dos mesmos pressupostos centrais, os investigadores podem mais facilmente identificar hipóteses competidoras, refinar o escopo de teorias e descobrir novos factos (Taliaferro, 2000), sendo considerada uma estratégia mais produtiva no campo teórico do paradigma realista, o que justifica a nossa escolha como enquadramento teórico para nossa investigação, uma vez que a corrente teórica do realismo neoclássico permite uma clarificação sobre os caminhos que o governo de Lisboa pode tomar.

3. A posição portuguesa na Aliança Atlântica num sistema internacional em transição perante o retraimento estratégico dos EUA (2015-2023)

Desde a era dos Descobrimentos, passando pela Segunda Guerra Mundial até à Guerra Fria, a importância geopolítica e geoestratégica dos Açores sofreu um aumento significativo na sua importância, uma vez que as grandes potências marítimas, como a Grã-Bretanha e os EUA, aperceberam-se do potencial geográfico do arquipélago. Desde então, “os Açores mantiveram, pelo menos em alguns aspectos, essa importância, proveniente primordialmente da sua situação geográfica que originou e determinou o seu valor geopolítico e geoestratégico” (Andrade, 1992, p. 21).

No âmbito do equilíbrio da balança de poderes, as pequenas potências tendem a ser arrastadas para a competição entre as grandes potências, o que pode contribuir para adicionar alguma volatilidade na sua política externa. Portugal, sendo uma pequena potência e defensora do *statu quo* do sistema internacional que estiver em vigor, sempre se aliou às grandes potências marítimas, como foi o caso da Inglaterra e dos EUA, contra as potências continentais que colocam em causa a sua sobrevivência no sistema internacional, como foi o caso de Espanha, ditando a existência de um *balancing act*, quando existia situações onde os interesses de Portugal com a grande potência marítima dominante pudessem estar em conflito. Este comportamento foi recorrente ao longo da História de Portu-

gal, desde os tempos da Monarquia até aos dias de hoje, e justifica o porquê de Portugal poder participar como um dos Estados fundadores da OTAN.

Como nota Marcos (2022, p. 9), “em termos geopolíticos, Portugal encontrava-se num instável equilíbrio entre a Europa e o Atlântico”, e este equilíbrio é constante, no qual podemos verificar que a atuação internacional de Portugal como Estado soberano se encontra condicionada pela pressão sistémica e as variáveis domésticas.

Desde as intervenções unilaterais dos EUA sobre o Iraque e o Afeganistão, o momento unipolar dos EUA tem estado sob contestação por parte das grandes potências revisionistas que pretendem mudar a ordem mundial vigente, de forma a melhor acomodar os seus interesses, dando especial atenção à ascensão chinesa no sistema internacional.

O aparente desinvestimento dos EUA no continente europeu é justificado devido à inexistência de um problema de segurança no Velho Continente e ao aparecimento de uma nova ameaça no Pacífico, sem esquecer que os EUA estavam confiantes na capacidade do pilar europeu da OTAN, optaram por retrair no teatro operacional do espaço euro-atlântico, no entanto, sem o abandonar, mas sim efetuar uma reorganização das suas capacidades e recursos militares, que permitissem concentrar a sua atenção na região da Ásia-Pacífico.

Com a perda da importância europeia, veio a redução da importância portuguesa, através do anúncio do Departamento da Defesa dos EUA sobre a iniciativa *European Infrastructure Consolidation*⁴ (EIC), sendo o seu objetivo principal o aumento da eficiência do sistema de infraestruturas europeu utilizado pelas Forças Armadas dos EUA. Porém, como nota Sá (2016, p. 64), “essa eficiência, convertida em poupança significativa, não pode ser separada da estratégia de retraimento, que se aplica à Europa de uma forma sem equivalente na Ásia-Pacífico, onde a quantidade de equipamento e homens aí colocados tem aumentado nos últimos anos”.

⁴ Department of Defence. 2015. DoD Announces European Infrastructure Consolidation Actions and F-35 Basing in Europe. Press Release. 8 de janeiro de 2015. <http://www.defense.gov/News/News-Releases/News--Release-View/Article/605338>.

No âmbito dessa mesma reorganização, Portugal esperava poder acolher nos Açores uma nova valorização através da instalação de base avançada e plataforma logística afeta ao *United States Africa Command* (AFRICOM), um dos nove comandos de combate unificado regionais das Forças Armadas dos EUA, uma proposta antiga que, 2012, adquiriu outra importância. A desilusão sobre o governo de Lisboa chegou em 2015, com o acordo entre Washington e Madrid sobre a instalação dessa mesma capacidade em território espanhol.

Como consequência da mudança de agulha da grande estratégica dos EUA, Portugal foi objeto de reestruturação da capacidade militar dos EUA, o que provocou um vazio gradual nos Açores, em particular na Base das Lajes, que é a razão histórica da presença portuguesa na Aliança Atlântica desde os tempos do salazarismo (Nogueira, 2000).

Perante a troca dos Açores pela base naval de Rota e a base aérea de Morón de la Frontera, duas bases militares espanholas, na lógica da contenção dos custos, tal ação implicou uma redução dos efetivos militares dos EUA e quadros locais⁵, no âmbito de um programa de encerramento de bases militares em solo europeu⁶.

Apesar de desvalorização dos EUA sobre os Açores ter despolegado a manifestação de indignação por parte do XIX Governo Constitucional de Portugal chefiado pelo social-democrata Pedro Passos Coelho, em 2015, existia esperança por parte do governo de Lisboa que fosse possível negociar contrapartidas financeiras tendo em consideração as consequências da saída dos militares dos EUA para a região, devido à recente memória da participação dos Açores na invasão do Iraque e no transporte de prisioneiros para a Baía de Guan-tánamo (Observador, 2015a; Observador, 2015b; Observador, 2015c). Esperança essa que permanece até aos dias de hoje, justificada pelo contributo português nos eventos anteriormente mencionados.

⁵ Na base das Lajes, nos Açores, ao longo de 2015, foram despedidos 500 dos 900 trabalhadores portugueses e reduzidos 485 dos 650 militares e civis norte-americanos (Observador, 2014; 2015a; 2015b).

⁶ “A medida da Administração Obama, que deverá permitir uma poupança anual de 35 milhões de dólares (29,6 milhões de euros) integra um programa de encerramento de 15 bases americanas em solo europeu.” (Observador, 2015a:).

No entanto, houve pouca vontade política do governo de Lisboa para contrariar a desvalorização dos EUA, como podemos verificar com o incumprimento de investimento militar sobre os 2% do Produto Interno Bruto (PIB) (Público, 2023b), o que agrava o protagonismo português na Aliança, por falta de vontade dos decisores políticos, inclusive o governo português em funções chefiado pelo socialista António Costa durante as Administrações Trump e Biden.

Apesar das promessas pelo atual governo em funções, que se materializaram na aprovação da Lei de Programação Militar de 2023⁷ e na Lei de Infraestruturas Militares⁸, no qual os investimentos foram reforçados⁹, o cumprimento dos 2% do PIB, exigidos pelos EUA continuam longe de serem cumpridos, até ao presente momento.

Perante o retraimento dos EUA e a falta de vontade política portuguesa, corremos o risco de agravar a desvalorização da vertente atlântica em prol da vertente europeia, no seio da Aliança Atlântica, tendo em consideração que com o foco de atenção da OTAN sobre a fronteira com a Rússia no Leste Europeu, o pode contribuir a médio prazo para o agravamento da continentalização da política externa portuguesa, em prol das principais potências continentais europeias como a França, a Alemanha e a Polónia. Como nota Gaspar (2017, p. 62), “na esteira do recuo norte-americano, a ressurgência da Rússia como uma potência revisionista ficou demonstrado com a anexação da Crimeia e a «guerra híbrida» no sudeste da Ucrânia, assim como pela determinação de Moscovo em consolidar posições no Médio Oriente e no Mediterrâneo”, o que veio a despoletar um efeito contrário.

Em 2022, “a iniciativa russa de provocar um conflito de guerra na Europa, após uma severa pandemia, que motivou uma crise

⁷ Lei de Programação Militar de 2023. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei-organica/1-2023-219991254>

⁸ Lei das Infraestruturas Militares. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei-organica/2-2023-220061174>

⁹ As verbas serão usadas para investir em manutenção, sustentação e modernização dos meios existentes (+96% para os 2.418 milhões de euros, o que correspondem a 43% do montante global), sendo a mais elevada até ao momento.

económica, teve evidentes repercussões à escala mundial e alterou o xadrez da política internacional” (Tavares, 2022, p. 7), o que perturbou o equilíbrio da balança de poderes no continente europeu¹⁰. No entanto, os EUA não deixaram os seus aliados da OTAN à sua sorte, apesar de existirem Estados que ainda não cumpriram os 2% do PIB de investimento militar. Desde a primeira hora, a Administração Biden, perante a ressurgimento da ameaça russa, renovou o compromisso do Artigo 5º do Tratado de Washington de 1949 perante os aliados, especialmente dos Estados-membros da OTAN que tinham sido Estados-satélites da Rússia soviética depois da Segunda Guerra Mundial.

Perante as várias presidências dos EUA, Portugal continuava a ver o seu papel geopolítico a ser desvalorizado através do desinvestimento militar da EUA, impulsionado pelo desenvolvimento tecnológico de novos aviões modernos que são responsáveis pela redução da frequência e volumes de voos a necessitar das condições oferecidas pela Base das Lajes (Expresso, 2015), o que vem a contribuir para uma redução do protagonismo de Portugal na OTAN, e ao mesmo tempo, pode oferecer novas oportunidades ao governo de Lisboa de valorizar a sua posição na Aliança Atlântica.

4. As oportunidades e as ameaças para a posição portuguesa na Aliança Atlântica perante o retraimento estratégico dos EUA (2015-2023)

Perante um sistema internacional que “está em fase de transição de poder e os Estados Unidos, se não quiserem deixar de ter peso no sistema internacional, não só têm de aceitar este facto, como posicionar-se relativamente a ele” (Soller, 2021, p. 5), e Portugal tem de se adaptar em conformidade com a conjuntura internacional, para poder defender os seus interesses. Como observa Gaspar (2023, p. 82), “a bipolarização entre os Estados Unidos, por um lado, e a coligação entre a China e a Rússia, por outro lado, passa a dominar

¹⁰ “A invasão militar russa da Ucrânia, em 24 de fevereiro, significa a falência da ordem cooperativa e da política de reset com Moscovo, passando a Rússia a ser considerada como a ameaça mais significativa e direta à segurança aliada” (Amorim Esteves, 2024, p. 55), inclusive de Portugal.

a balança internacional”, o que representa uma janela única com oportunidades e ameaças para a posição portuguesa na OTAN.

Sendo o espaço euro-atlântico um espaço autónomo capaz de se reinventar (Severiano Teixeira & Marcos, 2015), a OTAN permanece como um ator de relevo na segurança internacional, no qual Portugal detém uma posição estratégica (Martins, 2009), para o bem e para o mal.

Como observou Bernardino (2021, p. 59), “que possa haver um novo posicionamento geoestratégico e uma ampliação, ou deriva, para novas regiões no quadro do seu empenhamento operacional global e integrado nas dinâmicas da segurança mundial”, o que pode contribuir para advogar uma nova reforma na OTAN que permita incluir o Atlântico Sul na esfera de atuação da Aliança Atlântica, de forma a revitalizar a centralidade atlantista da posição geopolítica portuguesa, apoiando-se nas parcerias e cooperações da OTAN no continente africano, desta forma, envolvendo-se na arquitetura de segurança africana, como um interveniente de confiança, numa altura que a Federação Russa e a República Popular da China procuram expandir as suas influências na região, e quando as atividades relacionadas com terrorismo islâmico se encontram em franca expansão, em Estados como Moçambique.

Sendo que os EUA “concebem o alargamento do âmbito geográfico de intervenção da OTAN em função da contenção da China como prioridade estratégica, ao passo que a França e a Alemanha, Portugal e a Espanha focam-se no arco de crises, do Sahel, MENA e Leste europeu” (Daehnhardt, 2021, p. 32), numa lógica de *quid pro quo*, como um gesto de reciprocidade para com o governo de Washington, o governo de Lisboa deve procurar cumprir com a meta dos 2% do PIB, o mais breve possível, assim como aumentar o seu contributo através aumento de investimento na Defesa Nacional, de forma a assegurar a dotação de mais recursos para as Forças Armadas, com especial atenção na Armada, no qual uma dotação de capacidades mais equilibrada, mais otimizada e de duplo uso (Marques, 2012) vai contribuir para salvaguardar o interesse nacional português, e tornar a OTAN fundamental para a gestão da segurança regional, com especial atenção sobre o Atlântico, o que vai

ajudar a valorizar a posição geopolítica e geoestratégia portuguesa.

Uma das fórmulas descobertas pelo governo de Lisboa para ajudar, de forma não oficial, o seu aliado foi a manutenção da presença militar portuguesa numa missão das Nações Unidas¹¹ e da União Europeia¹² na República Centro-Africana¹³, cujo Estado se encontra em guerra civil desde 2012 (Observador, 2022), tendo em vista a contenção da influência russa, por intermédio da presença das empresas de segurança privada como Grupo Wagner (Observador, 2023), após a retirada das tropas francesas do Norte de África. O que valorizou a posição portuguesa no seio da Aliança Atlântica, de tal forma que ajudou o governo de Lisboa colocar o “flanco esquecido” (Pavia, 2023) na agenda da OTAN para a próxima cimeira da Aliança Atlântica a decorrer em 2024, cuja proposta recolheu apoio dos Estados-membros da OTAN que incluíram nas conclusões da cimeira de Vilnius a proposta portuguesa de maior atenção da Aliança Atlântica ao seu flanco sul (IDN, 2023).

Na última discussão sobre o Conceito Estratégico da Defesa Nacional¹⁴, “Portugal deve manter em linha de atenção as tensões

¹¹ Portugal participa também na United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission In The Central African Republic (UN MINUSCA). Esta missão substitui a Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana (MISCA) em 2014. Tem como principal objetivo proteger os civis. Neste sentido, prestar assistência humanitária, proteger os direitos humanos, implementar um sistema de Justiça e desmobilizar os diferentes grupos armados são algumas das tarefas desempenhadas, bem como facilitar os processos de transição. A participação portuguesa na MINUSCA materializa-se no “apoio à comunidade internacional na reforma do setor de segurança do Estado, contribuindo para a segurança e estabilização do país” (EMGFA, 2021)

¹² Portugal participa na European Union Training Mission na República Centro Africana (EUTM RCA). Depois de ter sido criada, em 2014, uma Task Force designada por Força da União Europeia na República Centro-Africana (EUFOR-RCA) que auxiliasse nos esforços internacionais de proteção de civis e ajuda humanitária e de, em 2015, ter sido requisitado pelo líder na República Centro-Africana que Bruxelas destacasse uma missão militar de consultoria (EUMAM), com o propósito de auxiliar a reforma do setor de defesa surge, em 2016, a EUTM-RCA, que estendeu o seu mandato até 2022. A participação portuguesa tem o propósito de, no âmbito da missão, apoiar as autoridades centro-africanas na preparação e implementação da reforma do sector da defesa e segurança, ajudando à modernização das suas Forças Armadas e assegurando o seu equilíbrio étnico e responsabilidade democrática (EMGFA, 2021).

¹³ “O primeiro-ministro português considerou esta sexta-feira que a missão militar portuguesa na República Centro Africana (RCA) constituiu um importante fator de credibilização das Forças Armadas e defendeu que estão garantidas as condições operacionais após a saída das tropas francesas.” (Observador, 2023).

¹⁴ Relatório do Conselho de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, 2023. <https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Paginas/Ciclo-de-Revis%C3%A3o-do-Conceito-Estrat%C3%A9gico-de->

territoriais na sua periferia que, num futuro, podem escalar até um ponto em que as ondas de choque destabilizem o país, ou, em último caso, o arrastem para um conflito” (Teixeira Fernandes, 2022, p. 15), no qual o autor chama atenção para os focos de tensão existentes na vizinhança próxima com Portugal, nomeadamente as disputas do governo de Marrocos com a Argélia e com a Espanha, que serve como oportunidade para o governo de Lisboa colocar o flanco sul do continente europeu no topo da agenda da Aliança Atlântica, para as discussões futuras, na expectativa da galvanização da posição geopolítica e geoestratégica de Portugal, e do pilar europeu da OTAN.

Portugal deve insistir na participação de mais iniciativas multilaterais de natureza semelhante, quer num enquadramento multilateral das Nações Unidas, quer num enquadramento comunitário europeu, quer num enquadramento da OTAN, de forma a contribuir para o *burden-sharing* do esforço do seu aliado nas regiões de interesse comum, não excluindo a participação de outros Estados aliados integrados na Aliança Atlântica, num esforço comum, forjando coligações de interesses alinhados em propósitos comuns, em torno do Oceano Atlântico. Ao mesmo tempo, Portugal tenta manter o contributo no teatro europeu ativo através do seu apoio à Ucrânia¹⁵. Para ser capaz de providenciar essa resposta, Portugal tem de dar resposta à falta de efectivos militares existentes nos vários ramos das Forças Armadas, como é o caso da Força Aérea (Público, 2023a).

Como observa Reis (2015, p. 48), “há que ter em conta que os oceanos são as artérias do funcionamento do sistema circulatório da economia global”, o que constituiu mais uma oportunidade para Portugal se destacar como guardião das rotas navais do comércio internacional, dos quais a sua economia é dependente, o que torna necessário a dotação de mais recursos navais para Armada, ser capaz de exercer as suas funções, de modo a poder continuar a res-

Defesa-Nacional.aspx ; Conceito Estratégico de Defesa Nacional. https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/documentos/Lists/PDEFINTER_DocumentoLookupList/Conceito-Estrategico-de-Defesa-Nacional.pdf

¹⁵ Ministério da Defesa Nacional, 2023. https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/noticias_fa/Paginas/MDN-apoia-a-Ucrania-com-cerca-de-375-toneladas-de-material-militar.aspx

ponder ao chamado para a participação das missões de combate à pirataria, de terrorismo, e de outros tipos de crime organizado transnacional, que “não respeitam qualquer tipo de fronteira convencional, seja entre Estados, seja entre oceanos e exigem respostas multilaterais e multidimensionais a uma escala global e uma visão de longo prazo” (*ibidem*).

Perante a retirada das tropas francesas do Norte de África, Portugal pode assumir o papel de facilitador do diálogo da cooperação da segurança atlântica, tirando o devido proveito da sua posição geopolítica e geoestratégica com presença no Atlântico e na Europa. Para cumprir esse desígnio, Portugal deve promover um diálogo entre os Estados aliados localizados no Sul da Europa, numa tentativa de criar uma coligação militar, inserida no pilar europeu da OTAN, alinhada por interesses de segurança comuns que possa salvaguardar o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico, permitindo desta forma, uma melhor distribuição de recursos militares nas missões de proteção das rotas comerciais e nas missões multilaterais na região que visam a manutenção de segurança do Canal de Suez, a pacificação e a manutenção da integridade territorial dos Estados do Norte de África e a contenção das vagas de imigração ilegal que são movimentadas pelo crime organizado transnacional, cujas rotas são aproveitadas pelos movimentos terroristas para infiltração no continente europeu. Uma ação desta envergadura poderá não contar com um grande contributo dos EUA em número de efetivo militar, devido à mudança das suas forças para a região da Ásia-Pacífico, mas o pilar europeu da OTAN pode contar com a capacidade logística dos EUA para assistir na gestão operacional.

Na perspetiva das ameaças para a posição portuguesa na OTAN, caso Portugal não opte por não levar avante com os investimentos para a dotação de recursos na Defesa Nacional, corre o risco de ver a sua posição a ser substituída pelo seu vizinho ibérico. Ao mesmo tempo, corre o risco de sofrer problemas económicos, a médio prazo, se não salvaguardar a necessidade de proteger o seu espaço soberano marítimo, assim como a defesa do Atlântico, uma vez que, com o retraimento dos EUA, a única potência que ainda pode patrulhar o Oceano Atlântico como um todo é a Grã-Bretanha, e dificilmente

poderá o fazer sozinha, a médio e a longo prazo, sendo necessário a existência de uma coligação que assuma parte do fardo dos EUA.

Se Portugal não conseguir aproveitar o aumento de investimento militar previsto no Orçamento de Estado para dotar as Forças Armadas dos recursos necessários, corre o risco de ver os EUA a deixarem de se preocupar com as necessidades de segurança portuguesas, assim como Espanha assumiu um maior protagonismo nas relações com a potência marítima dominante do espaço euro-atlântico. O que significa uma possível dominação dos assuntos continentais europeus na agenda da OTAN, tal como o alargamento da aliança para o Leste Europeu, em detrimento dos assuntos marítimos que envolvem o Oceano Atlântico e o Mar Mediterrâneo, especialmente aqueles que envolvem a Zona Económica Exclusiva (ZEE) portuguesa no Atlântico.

Neste contexto é evidente que o governo de Lisboa deve, na ótica de Reis (2015, p. 44), “manter e modernizar, na medida possível, os seus meios navais militares para assegurar uma efetiva capacidade de vigilância, controlo e resposta a ameaças e emergências complexas no vasto espaço marítimo nacional”, uma vez que “esses meios poderão também ser usados para projetar poder em resposta a crises noutras regiões do Atlântico numa lógica de segurança cooperativa, sendo que algumas novas tecnologias de duplo uso (como os drones) podem vir a complementar de forma muito eficaz as tarefas de vigilância de um espaço tão vasto” (*ibidem*).

5. Conclusão

Perante um sistema internacional em transição de poder (Soller, 2021), associada a uma crescente competição na Eurásia, ao retraimento estratégico dos EUA e às incertezas face ao futuro da defesa coletiva europeia, como nota Daehnhardt (2021, p. 15), “a OTAN permanece a organização política e militar central para a política de segurança e defesa dos Estados do espaço euro-atlântico.”

A presença dos EUA na OTAN, não só protege os Estados europeus contra as ameaças externas, ao mesmo tempo, protege a

maioria do continente europeu contra si mesmo (Joffe, 1986), sendo os EUA a única potência militar no mundo “capaz de projetar o seu poder a uma escala global, gastam mais em defesa que o resto dos países do mundo combinados, sendo que esses gastos representam apenas quatro por cento do seu orçamento” (Sá, 2016, p. 59). E até hoje, não existe “um único Estado ou combinação de estados capazes de confrontar a preponderância dos Estados Unidos, como estes desenvolveram um sistema alargado de alianças políticas e militares, assim como bases em países à volta do mundo” (*ibidem*), que são capazes de assegurar essa projeção de poder no sistema internacional.

O desinvestimento dos EUA é justificado devido à inexistência de um problema de segurança no Velho Continente e ao aparecimento de uma nova ameaça no Pacífico, sem esquecer que os EUA estavam confiantes na capacidade do pilar europeu da OTAN, optaram por retrair no teatro operacional do espaço euro-atlântico, sem o abandonar de forma total, para se poderem reorganizar internamente para enfrentar a ascensão chinesa no sistema internacional, e ao mesmo tempo, enfrentar os desenvolvimentos estruturais impulsionados pelo 11 de Setembro de 2001 (Severiano Teixeira & Marcos, 2015).

Aliás, sobre o caso português podemos confirmar que continuamos aquém do cumprimento de investimento até 2% do PIB para a defesa comum, apesar das várias promessas dos últimos governos de Portugal, inclusive do último governo constitucional chefiado pelo socialista António Costa. E os Açores permaneceram desvalorizados na atualização da grande estratégia dos EUA para a Ásia-Pacífico, apesar do reforço de tropas dos EUA dentro das fileiras da OTAN estacionadas na fronteira localizada no Leste Europeu, desde a invasão russa sobre a Ucrânia, em 2022. Importa destacar que o agravamento dos conflitos interestatais das primeiras décadas deste século na região da Eurásia tiveram participação russa (Lebelem & Villa, 2022), como foi o caso do conflito de Nagorno-Karabakh entre Armênia e Azerbaijão.

No entanto, “o retraimento estratégico dos EUA, a paralisia europeia e a crise transatlântica estimulam a ressurgência das po-

tências revisionistas” (Daehnhardt & Gaspar, 2019, p. 46). Como consequência da atitude dos EUA, os portugueses testemunham a desvalorização da vertente atlântica em prol da vertente europeia, tendo em consideração que com o foco de atenção da OTAN sobre a fronteira com a Rússia no Leste Europeu, pode contribuir a médio prazo para o agravamento da continentalização da política externa portuguesa, em prol das principais potências continentais europeus, e ao mesmo tempo, vai abrir espaços vazios dentro do sistema internacional, o que vai contribuir para a consolidação da uma aliança entre os governos de Moscovo, Pequim e Teerão para aumentar a sua contestação do momento unipolar dos EUA no sistema internacional, num momento de redistribuição no equilíbrio da balança de poderes no sistema internacional.

“A ofensiva estratégica da Rússia e o declínio da Europa ocidental marcam uma viragem decisiva na conjuntura internacional” (Gaspar, 2017, p. 62), que vai ser responsável por modificar a pressão sistémica que vai condicionar Portugal no sistema internacional, no qual a História de Portugal evidencia que “em momentos de conflitualidade entre grandes potências no Atlântico Norte é provável que Portugal não tenha escolha senão o alinhamento com a potência marítima dominante” (Gomes, 2022, p. 152).

Para lidar com o retraimento dos EUA, os decisores políticos do Estado Português têm de procurar aumentar, de forma efetiva, o seu contributo em matéria de investimento militar para corresponder às exigências dos EUA, assim como tem de procurar por si só alternativas para rentabilizar a posição geoestratégica dos Açores, mesmo num enquadramento comunitário da União Europeia ou com recurso aos seus aliados lusófonos que partilham o mesmo Oceano Atlântico, que serão essenciais para uma nova estratégia no Atlântico. Como nota Reis (2015, p. 46), o governo de Lisboa tem de assumir de uma vez por todas que “Portugal precisa (...) de ter uma verdadeira política externa com claras prioridades estratégicas próprias”. E ainda o mesmo autor acrescenta que “não se pode esperar que outros países ou organizações venham oferecer graciosamente as soluções que os portugueses, eles próprios, não conseguiram construir para se afirmarem no Atlântico e no Mundo

presente e futuro. Aceitar a irrelevância é ficar condenado a ela” (Reis, 2015, p. 46). Quer os portugueses, quer “os europeus sabem que a Aliança terá de tornar-se mais fortalecida, enquanto pilar europeu da OTAN, porque o desafio de manter a unidade transatlântica só será ganho com o contributo conjunto dos dois pilares para a segurança” (Amorim Esteves, 2024, p. 55).

Se o governo de Lisboa e a elite política portuguesa não se capacitarem que têm de atuar para assegurar a manutenção do *statu quo*, correm o risco de deixar o Atlântico sem guarnição, o que pode contribuir para o agravamento de atos de pirataria e uma expansão da atividade terrorista e do crime organizado, sem esquecer as passagens não acompanhadas das marinhas de guerra de potências hostis aos membros da OTAN, como é o caso da Rússia.

Em suma, Portugal tem duas opções para salvaguardar o equilíbrio dos interesses em função da sua posição na OTAN, ou atua como um leão assumindo uma postura de liderança e de promotor ativo de diálogo cooperação no seio da Aliança Atlântica, tendo em consideração a sua autopreservação e a manutenção da sua posição relativa no sistema internacional, secundado os EUA, ou então passa a atuar como um cordeiro que ficará preso no jogo de poder entre as grandes potências, não estando disposto a colocar em risco o *statu quo*, sendo sujeito às consequências da sua inação pelas imposições das grandes potências do sistema internacional.

Referências bibliográficas

Andrade, L. 1992. *Os Açores, a Segunda Guerra Mundial e a NATO*. Ponte Delgada: Impraçor.

Amorim Esteves, J. 2024. “Da interdependência das nações de Ocidente e de Europa – Para uma melhor compreensão das relações transatlânticas”, in Xavier, A. I. & Correia, J. M. (Coord.). *A NATO e as relações transatlânticas: de Madrid a Vilnius*, pp. 43-58. Lisboa: Universidade Lusíada Editora. <https://doi.org/10.34628/10mt-ks20>

Bernardino, L. M. B. 2021. “O paradigma do Flanco Sul da NATO e a relevância geoestratégica para Portugal”, *Relações Internacionais*,

- n.º 72, pp. 43-62. <https://doi.org/10.23906/ri2021.72a03>
- Bily, M. 2023. *The Warsaw Pact, 1985-1991- Disintegration and Dissolution*. New York: Routledge.
- Daehnhardt, P. 2021. “A NATO ao fim de uma década de crise - A caminho do novo Conceito Estratégico”, *Relações Internacionais*, n.º 72, pp. 15-41.
- Daehnhardt, P. & Gaspar, C. 2019. “A Erosão da Comunidade de Segurança Transatlântica”, *Nação e Defesa*, n.º 151, pp. 45-65.
- Department of Defence. 2015. DoD Announces European Infrastructure Consolidation Actions and F-35 Basing in Europe. Press Release. 8 de janeiro de 2015. <http://www.defense.gov/News/News-Releases/News--Release-View/Article/605338>
- EMGFA. 2021. *Forças Nacionais Destacadas 2021*. https://www.emgfa.pt/DocumentosRelacionados/2020/AsForcasNacionaisDestacadas2021/documentos/Livrete%20FND's_2021_Portugues.pdf
- Expresso. 2015. “Lajes. Porque saem os americanos? O que perde Portugal? O que vai acontecer?”. <https://expresso.pt/sociedade/lajes-porque-saem-os-americanos-o-que-perde-portugal-o-que-vai-acontecer=f906116>
- Feng, L. & Zhang, R. 2006. “The Typologies of Realism”, *Chinese Journal of International Politics*, v. 1, n.º 1, pp. 109-134. <https://www.jstor.org/stable/48615571>
- Galito, M. S. 2024. “Geoestratégia: o caso de Portugal e a NATO”, in Xavier, A. I. & Correia, J. M. (Coord.). *A NATO e as relações transatlânticas: de Madrid a Vilnius*, pp. 177-196. Universidade Lusíada, Lisboa. <https://doi.org/10.34628/gn11-8q35>
- Gomes, T. R. 2022. “As funções estratégicas dos Açores: uma tipologia”, *Revista Portuguesa de Ciência Política*, n.º 18, pp. 137-156. <https://doi.org/10.59071/2795-4765.RPCP2022.18/pp.137-156>
- Joffe, J. 1986. “The Cost of Abandoning Europe”, *The National Interest*, n.º 3, pp. 30-42. <http://www.jstor.org/stable/42894412>
- IDN. 2023. A NATO e a cimeira de Vilnius. *IDN Brief*. https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2023/IDN_brief_julho_2023_2_Textointegral.pdf
- Kennan, G. 2012. *American Diplomacy*. University of Chicago Press, Chicago.

- Lei das Infraestruturas Militares. 2023. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei-organica/2-2023-220061174>
- Lei de Programação Militar. 2023. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei-organica/1-2023-219991254>
- Lebelem, C. & Villa, R. D. 2022. A guerra russo-ucraniana: impactos sobre a segurança regional e internacional. CEBRI-Revista. <https://cebri.org/revista/br/artigo/47/a-guerra-russo-ucrania-na-impactos-sobre-a-seguranca-regional-e-internacional>
- Martins, V. 2009. “A NATO, Actor Principal da Segurança Internacional”, *Nação e Defesa*, n.º 123, pp. 95-99.
- Marcos, D. 2022. *Entre o Império e a NATO: Portugal e os Estados Unidos (1949-1961)*. Imprensa de História Contemporânea, Lisboa. <https://doi.org/10.34619/9egi-gs3q>
- Marcos, D. 2014. “Between the Atlantic and the Empire: NATO as a framework for Portuguese–American relations in early Cold War (1949–1957)”, *Journal of Transatlantic Studies*, vol. 12, n.º 3, pp. 324-341. <https://doi.org/10.1080/14794012.2014.928068>
- Marques, R. S. R. 2012. *NATO: que futuro?: os desafios à Marinha portuguesa*. Tese de Mestrado em Relações Internacionais. Universidade Lusíada do Porto. <http://hdl.handle.net/11067/2878>
- Ministério da Defesa Nacional, 2023. https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/noticias_fa/Paginas/MDN-apoia-a-Ucrania-com-cerca-de-375-toneladas-de-material-militar.aspx
- NATO. Tratado do Atlântico Norte. <http://www.nato.int/docu/other/po/treaty-po.htm>
- Observador. 2014. “Obama assina orçamento que adia redução da Base das Lajes”. <https://observador.pt/2014/12/20/obama-assina-orcamento-que-adia-reducao-da-base-das-lajes/>
- Observador. 2015a. “EUA vão mesmo reduzir presença na Base das Lajes”. <https://observador.pt/2015/01/08/eua-vaio-mesmo-reduzir-presenca-na-base-das-lajes/>
- Observador. 2015b. “Estados Unidos reforçam presença militar em Espanha”. <https://observador.pt/2015/01/23/estados-unidos-reforca-presenca-militar-em-espanha/>
- Observador. 2015c. “A importância da base das Lajes em sete factos”. <https://observador.pt/2015/01/15/importancia-da-base-das-la->

- jes-em-sete-factos/
Observador. 2022. "215 militares portugueses partem esta terça-feira para missão da ONU na República Centro Africana". <https://observador.pt/2022/11/15/215-militares-portugueses-partem-esta-terca-feira-para-missao-da-onu-na-republica-centro-africana/>
- Observador. 2023. "República Centro Africana: Costa defende missão portuguesa mesmo após a saída das tropas francesas". <https://observador.pt/2023/02/03/republica-centro-africana-costa-defende-missao-portuguesa-mesmo-apos-a-saida-das-tropas-francesas/>
- Sá, T. M. 2016. "Os Estados Unidos e os Açores - A Base das Lajes e o retraimento americano", *Relações Internacionais*, n.º 51, pp. 57-74.
- Schweller, R. 1994. "Bandwagoning for Profit: Bringing the Revisionist State Back In", *International Security*, vol. 19, n.º 1, pp. 72-107.
- Schweller, R. 1997. "New Realist Research on Alliances: Refining, Not Refuting, Waltz's Balancing Proposition", *The American Political Science Review*, vol. 91, n.º 4, pp. 927-930. <https://doi.org/10.2307/2952176>
- Schweller, R. L. 2004. "Unanswered Threats: A Neoclassical Realist Theory of Underbalancing", *International Security*, vol. 29, n.º 2, pp. 159-201. <http://www.jstor.org/stable/4137589>
- Severiano Teixeira, N. & Marcos, D. 2015. "Historical Power Relations and changes in the Atlantic: a two centuries overview", *Atlantic Paper*, pp. 1-21. https://www.cidob.org/en/publications/publication_series/project_papers/atlantic_future_papers/scientific_paper/historical_power_relations_and_changes_in_the_atlantic_a_two_centuries_overview
- Soller, D. 2021. "A síntese Biden - Uma ordem liberal para um sistema em transição de poder", *Relações Internacionais*, n.º 69, pp. 5-33.
- Soller, D. 2016. "Retraimento ou acomodação? - A herança de Barack Obama para as potências emergentes e a ordem internacional", *Relações Internacionais*, n.º 51, pp. 9-26.
- Reis, B. C., 2015. A Centralidade do Atlântico: Portugal e o Futuro da Ordem Internacional. *IDN Cadernos*. IDN, Lisboa.
- Taliaferro, J. W. 2000. "Security Seeking Under Anarchy: Defensive Realism Revisited", *International Security*, vol. 25, n.º 3, pp. 128-161

- Tavares, A. 2022. "The world in the post-pandemic time: Geopolitical and geostrategic implications for a new world order", *HUMAN REVIEW*, vol. 15, n.º 5, pp. 1-8. <https://doi.org/10.37467/revhuman.v11.4297>
- Telo, A. J. 2009. "Editorial", *Nação e Defesa*, n.º 123, pp. 5-9.
- Teixeira Fernandes, J. P. 2022. "Portugal na OTAN e o novo contexto geoestratégico internacional". Rito, P. (Ed.) *Conceito Estratégico de Defesa Nacional - Portugal e o novo contexto geoestratégico internacional*, *E-Briefing Papers*, IDN, Lisboa. pp. 15-17. https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/ebriefing/Documents/E-Briefing%20Papers/E-Briefing%20Paper%20dezembro%202022_CEDN_final.pdf
- Pavia, J. F. L. Z. 2023. "O Flanco "esquecido": o novo conceito estratégico da NATO e o flanco sul". In Xavier, A. I. & Correia, J. M. (Coord.). *A NATO e as relações transatlânticas: de Madrid a Vilnius*, Universidade Lusíada Editora, Lisboa, pp.
- Público. 2023a. "Chefe da Força Aérea alerta Defesa para a "mais grave" falta de efectivos dos últimos 50 anos". <https://www.publico.pt/2023/10/12/politica/noticia/chefe-forca-aerea-alerta-defesa-grave-falta-effectivos-ultimos-50-anos-2066579>
- Público. 2023b. "Portugal longe dos 2% do PIB em Defesa mas com presença militar no flanco leste". <https://www.publico.pt/2023/07/09/politica/noticia/portugal-longe-2-pib-defesa-presenca-militar-flanco-leste-2056186>
- Walt, S. M. 1985. "Alliance Formation and the Balance of World Power", *International Security*, vol. 9, n.º 4, pp. 3-43. <https://doi.org/10.2307/2538540>